PROJETO DE LEI N° _____, DE 2015

(Do Sr. Alberto Fraga)

Altera o artigo 6º, da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VI, § 4º do Art. 6º da Lei número 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência, os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e os servidores da carreira de que trata a Lei Distrital número 783, de 26 de outubro de 1994;"

Art. 2º O § 4º do inciso XI do Art. 6º da Lei número 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º - Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal e os servidores da carreira de que trata a Lei Distrital número 783, de 26 de outubro de 1994, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei."

Art. 3º O § 1º-B do inciso XI do Art. 6º da Lei número 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais e os servidores da carreira de que trata a Lei Distrital número 783, de 26 de outubro de 1994, poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam:"

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Distrital nº 4.244, de novembro de 2008, trata de conferir direitos e regulação a Carreira Apoio às Atividades Policiais Civas do Distrito Federal, criada pela Lei nº 783, de outubro de 1994, composta pelos cargos de Analista de Apoio às Atividades Policiais Civas, Técnico de Apoio às Atividades Policiais Civas e Auxiliar de Apoio às Atividades Policiais Civas.

Os integrantes destas carreiras ao exercerem atividades em estabelecimentos policiais e sujeitos a riscos em decorrência de suas funções, carecem de proteção mediante o porte de arma, expedido pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, observadas as exigências legais pertinentes.

Para corrigir esta injustiça com os servidores das Carreiras Apoio às Atividades Policiais Civas do Distrito Federal, peço a análise dos nobre deputados para a provação desta proposição.

Sala das Sessões, ____ de _____ de 2015.

Deputado Alberto Fraga

DEM/DF